

ESTUDOS DE ECONOMIA

DIRECTOR: A. Simões Lopes

CONSELHO EDITORIAL

E. de Sousa Ferreira — F. Pereira de Moura

M. Manuela Silva — J. Oppenheimer

Julieta A. Rodrigues — C. Silva Ribeiro

Vol. 1, n.º 2, Jan.-Abr. 1981

Artigos

J. Kornai

Sistemas com restrições de recursos *versus* sistemas com restrições de procura

Eduardo de Sousa Ferreira

UNCTAD V: O carácter neoclássico da Nova Ordem Económica Internacional

Jochen Oppenheimer

Apresentação e crítica da Teoria Estrutural do Imperialismo de J. Galtung

Franz-Wilhelm Heimer

Angola a partir de 1900. Um balanço crítico das pesquisas em Ciências Sociais

José Martins Barata

Custos e economias de escala na banca portuguesa: o período da concentração financeira

João Ferreira do Amaral

Variação de coeficientes da procura final

Comunicações / Notas de actualidade

O recurso à taxonomia numérica em análise regional

O debate sobre a reestruturação industrial internacional

Análise crítica ao Livro Branco sobre Regionalização

Notes sur trois conférences dans le domaine de l'énergie

Comemorações do Cinquentenário da Universidade Técnica de Lisboa

Colóquio Interdisciplinar sobre Karl Marx

O Gabinete de Extensão Universitária

Recensões

Resumos / Resumés / Abstracts / Zusammenfassungen

INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA

ESTUDOS DE ECONOMIA

Revista do Instituto Superior de Economia
Universidade Técnica de Lisboa

ESTATUTO EDITORIAL

É uma revista quadrimestral, da iniciativa e da responsabilidade do Instituto Superior de Economia (Universidade Técnica de Lisboa).

É uma revista de carácter científico que se propõe acompanhar diferentes correntes do pensamento e proporcionar o debate de distintos paradigmas teóricos, reflectir sobre experiências concretas e estudos empíricos, informar sobre a economia portuguesa e internacional, seguir a política económica e constituir um espaço livre para a respectiva crítica.

É uma revista que está atenta a factos e situações relevantes no domínio científico, universitário ou não, do País e do estrangeiro, com interesse para o desenvolvimento da ciência económica.

CONSULTORES

<i>J. Ferreira do Amaral</i>	<i>F. Pereira de Moura</i>
<i>Henri Baguenier</i>	<i>B. Ferreira Murteira</i>
<i>Álvaro Bandarra</i>	<i>J. Oppenheimer</i>
<i>Nelly Bandarra</i>	<i>C. Silva Ribeiro</i>
<i>José Martins Barata</i>	<i>Julieta Rodrigues</i>
<i>M. Lidia Barreiros</i>	<i>Rómulo Rodrigues</i>
<i>Armando de Castro</i>	<i>José Manuel Rolo</i>
<i>E. Sousa Ferreira</i>	<i>M. Manuela Silva</i>
<i>J. Remy Freire</i>	<i>Mário Valadas</i>
<i>Ilona Kovács</i>	<i>Luis L. Vasconcelos</i>
<i>A. Costa Leal</i>	<i>M. Clementina Vizeu</i>
<i>A. Simões Lopes</i>	

Assinaturas anuais:

Portugal e Espanha:

Individuais	600\$00
Instituições	750\$00
Estudantes	400\$00

Yearly subscriptions:

Other countries:

Individuais	US\$ 25
Institutions	US\$ 35

Número avulso	250\$00 (200\$00 para estudantes).
Propriedade	Instituto Superior de Economia.
Depositária	Imprensa Nacional-Casa da Moeda — Lisboa.

Correspondência: Estudos de Economia/Secretariado Executivo — Instituto Superior de Economia, Rua do Quelhas, 6 — 1200 Lisboa.

Composição e impressão: Imprensa Nacional-Casa da Moeda — 3000 exs.

Capa: Sebastião Rodrigues.

ESTUDOS DE ECONOMIA

DIRECTOR: A. Simões Lopes

CONSELHO EDITORIAL

E. de Sousa Ferreira — F. Pereira de Moura
M. Manuela Silva — J. Oppenheimer
Julieta A. Rodrigues — C. Silva Ribeiro

Vol. I, n.º 2, Jan.-Abr., 1981

ÍNDICE

ARTIGOS:

	Pág.
Sistemas com restrições de recursos <i>versus</i> sistemas com restrições de procura, J. Kornai	131
Comentários:	
Teresa Nunes	152
C. Silva Ribeiro	155
UNCTAD V: O carácter neoclássico da Nova Ordem Económica Internacional, Eduardo de Sousa Ferreira	157
Apresentação e crítica da Teoria Estrutural do Imperialismo de J. Galtung, Jochen Oppenheimer	171
Angola a partir de 1900. Um balanço crítico das pesquisas em Ciências Sociais, Franz-Wilhelm Heimer	181
Custos e economias de escala na banca portuguesa: o período da concentração financeira, José Martins Barata	197
Variação de coeficientes da procura final, João Ferreira do Amaral	217

COMUNICAÇÕES/NOTAS DE ACTUALIDADE:

O recurso à taxonomia numérica em análise regional, A. Simões Lopes	223
O debate sobre a reestruturação industrial internacional, J. M. Félix Ribeiro, Lino Fernandes e E. Ferro Rodrigues	228
Análise crítica ao <i>Livro Branco sobre Regionalização</i> , Helena Torres Marques	231

	Pág.
Notes sur trois conférences dans le domaine de l'énergie, Henri Baguenier	239
Comemorações do Cinquentenário da Universidade Técnica de Lisboa, António Simões Lopes	243
Colóquio Interdisciplinar sobre Karl Marx — Economia e Filosofia, António Carlos Santos	243
O Gabinete de Extensão Universitária, Nelson R. Ribeiro	245

RECENSÕES:

Pierre-Henri Derycke — <i>Économie et Planification Urbaines — L'Espace Urbain</i> , M. Reis Ferreira	247
A. Simões Lopes — <i>Desenvolvimento Regional</i> ; 1.º vol.: <i>Problemática, Teoria, Modelos</i> Maria do Céu Esteves	248
Charles-Albert Michalet, — <i>Le Capitalisme Mondial</i> , René Tapia	249
Susan Schneider — <i>O Marquês de Pombal e o Vinho do Porto. Dependência e Subdesenvolvimento em Portugal no Séc. XVIII</i> Armando Antunes de Castro	251
Adelino Torres — <i>O Método no Estudo</i> Luiz Faria	252
<i>Resumos / Résumés / Abstracts / Zusammenfassungen</i>	255

SISTEMAS COM RESTRIÇÕES DE RECURSOS VERSUS SISTEMAS COM RESTRIÇÕES DE PROCURA (*) (1)

J. Kornai

Introdução

É meu desejo investigar alguns problemas fundamentais do sistema económico socialista. Com a ajuda de modelos matemáticos, eu e alguns colegas meus estudámos as questões que serão aqui analisadas, estando esses resultados em fase de publicação. O presente estudo não se dedica, contudo, à descrição de um ou outro modelo em particular, antes tenta dar uma ideia geral sobre os problemas económicos que estão subjacentes a todos eles. Tentarei não encarar as dificuldades da economia socialista com menor franqueza do que a que é usada pelos economistas ocidentais quando falam das causas profundas da recessão, da inflação e do desemprego.

Focarei a minha atenção no problema da «carência». Trata-se de um dos temas centrais da economia socialista. Desempenha, na compreensão dos problemas das economias socialistas, um papel semelhante ao das investigações sobre o desemprego na descrição do capitalismo.

Ao «consumidor» deparam-se constantemente fenómenos de carência. Tomemos a experiência húngara. Embora a oferta de bens de consumo tenha melhorado muito nos últimos anos a existência de *bens deficitários* continua a perturbar a regularidade da oferta. Dezenas de milhares de pessoas aguardam ainda a instalação de um telefone ou a aquisição de um carro. O mais grave fenómeno de carência ao nível do consumo é a falta de habitações, que se vem tornando num problema social premente.

Verificam-se fenómenos de carência não só ao nível dos consumidores, mas também ao nível dos produtores. Não são raros estrangulamentos no fornecimento de matérias-primas, de produtos semi-acabados e de com-

(*) Este artigo, na sua versão inglesa, foi publicado em Julho de 1979 na revista *Econometrica*. O Prof. Janos Kornai pôs o artigo à disposição de *Estudos de Economia* para a sua publicação em português. A tradução e a respectiva revisão são de Teresa Nunes, C. Silva Ribeiro e Luís Silvestre.

(1) Discurso presidencial, apresentado no Encontro Europeu e Norte-Americano da Econometric Society, de 29 de Agosto, em Chicago, e de 6 de Setembro, em Genebra, de 1978.

O artigo baseia-se num estudo de maior envergadura preparado durante a visita do autor ao Institute for International Economic Studies, Universidade de Estocolmo. Expresso o meu agradecimento ao Stockholm Institute e ao Institute of Economics da Hungarian Academy of Sciences de Budapeste pela ajuda prestada à minha investigação e pelos muitos e estimulantes comentários e sugestões.

ponentes. A falta de capacidade na construção civil é um obstáculo evidente ao investimento. Acresce a tudo isto a falta de mão-de-obra que se está tornando cada vez mais um factor de retardamento da expansão da produção.

Muitos economistas e gestores pensam que esta questão abrange um certo número de problemas distintos. Embora os sintomas sejam semelhantes, a causa difere de caso para caso. Um tipo de carência resulta de erros de planeamento, outro de negligência da fábrica que fornece o produto e o terceiro pode ser consequência de se ter fixado um preço demasiado baixo, etc.

Em minha opinião, todos os sintomas apontados têm uma origem comum e em última análise pode-se procurar causas principais comuns. Defrontamo-nos com manifestações variadas de um mesmo fenómeno «geral».

Defrontamo-nos não com um problema passageiro ou ocasional mas sim, com uma situação crónica. Determinadas condições sociais e certas propriedades dos mecanismos económicos, que desenvolveremos aqui, reproduzem constantemente a carência.

A análise da carência é um tema que se desenvolve em vários sentidos. Ele está interligado, quer como causa quer como consequência, com problemas da vida económica muito importantes. Para se ter uma análise exhaustiva deve-se percorrer todos os capítulos da teoria económica. Ora, é claro, que este pequeno estudo não pode abarcar essa tarefa, antes deverá contentar-se com uma parte do âmbito do problema. Procurarei não escolher, arbitrariamente, temas de pormenor mas sim analisar algumas interrelações importantes. Devo, contudo, chamar a atenção para o facto de que a argumentação que se segue não pretende ser nem completa nem sequer um sumário exaustivo de um pensamento mais desenvolvido.

A carência é, ao mesmo tempo, «boa» e «má». É bom não existir capital desaproveitado, não pretendido por nenhuma empresa para fins produtivos. Há pleno emprego (voltaremos a este ponto mais tarde). A produção cresce sem recessão. E ao mesmo tempo estes acontecimentos são acompanhados, necessariamente, por perturbações. As carências provocam nos consumidores perdas e inconvenientes. Têm, frequentemente, que esperar pela oferta, fazer bicha e não poucas vezes são forçados a contentar-se com bens diferentes dos que inicialmente pretendiam ou a não satisfazerem de todo a sua procura. As carências causam perturbações na produção. Quando não há incentivos à melhoria de qualidade dos bens e à inovação, surge um *mercado dos vendedores*. Tudo isto é aqui mencionado a título de apreciação prévia: o meu estudo não pretende ser uma avaliação de tipo normativo ou uma lista de sugestões. O seu único objectivo é a «descrição» do fenómeno e a *explicação das suas causas*.

A análise das carências existentes nas economias socialistas tem numerosos antecedentes na história do pensamento económico. Limitações de espaço, tornam-me impossível descrevê-los aqui em pormenor e apresentar, em contraposição a outros, o meu ponto de vista.

Desenvolverei a minha análise num plano bastante abstracto no qual não têm lugar descrições detalhadas, da realidade económica. Das abstracções que farei ressalta a seguinte: basicamente, tratarei da forma «clássica» das economias socialistas, a que precedeu as reformas económicas dos anos 60 e 70. Não discutirei em pormenor em que medida o estado actual dos mecanismos económicos na Hungria e nos outros países do leste da Europa difere da forma «clássica».

Como hipótese simplificadora adicional não considerarei nunca o comércio externo.

Na primeira parte do meu trabalho abordarei o assunto numa óptica microeconómica e na segunda sob um prisma macroeconómico.

Análise microeconómica

As três restrições ao crescimento da produção

Centremos a nossa atenção na *empresa produtora*. A especificação do conceito em termos de empresa capitalista ou socialista fica em aberto. Veremos, exclusivamente, o comportamento da empresa no curto prazo. Admitiremos que ela luta pelo crescimento da sua produção, sem discutir os motivos. (Por ordem das autoridades ou por sua própria e livre iniciativa, para aumentar os lucros ou para aumentar os bónus dos gestores, ou pela pressão exercida pelos clientes, etc.)

Põe-se então a seguinte questão: que «restrições» limitam os esforços feitos para aumentar a produção? Como ilustração podemos imaginar um modelo de programação matemática ao nível da empresa no qual as variáveis representativas da produção estão submetidas a restrições do tipo de desigualdades. Existem, em cada momento, muitos milhares de restrições em cada empresa e se tivermos em consideração o conjunto das empresas, isto é, a economia como um todo, o número de restrições que limitam superiormente a produção é de muitos milhões. As restrições dividem-se em três grandes grupos:

- 1) *Restrições de recursos*. — A utilização em actividades produtivas de recursos reais não pode exceder a sua quantidade disponível. São restrições de natureza física ou técnica: o número de trabalhadores com diferentes qualificações, existente no momento da produção, a quantidade de matérias-primas, produtos semi-acabados e componentes existentes em armazém, a capacidade das máquinas e equipamentos disponíveis nas fábricas, etc.;
- 2) *Restrições de procura*. — As vendas de um bem não podem exceder, ao preço prevalecente, a procura dos compradores;

- 3) *Restrições orçamentais.* — As despesas da empresa não podem exceder o valor do seu *stock* inicial de dinheiro acrescido das receitas provenientes das vendas. (O crédito será estudado mais tarde).

Uma característica específica do sistema social é a de qual dos três tipos de restrições se encontra «saturado». É bem conhecido da teoria matemática dos sistemas de desigualdades o significado de «restrição saturada». Por exemplo, na solução de um problema de programação verifica-se a igualdade em algumas das restrições que tinham a forma de desigualdades. A restrição em que se verifica igualdade está «saturada» porque ela de facto limitou a escolha. Nas restantes restrições verificam-se desigualdades estritas e por isso *não estão saturadas* naquela solução. Não têm impacto na escolha, são redundantes. São sempre as restrições mais «apertadas», relativamente, que se tornam saturadas.

Sistemas com restrições de procura e sistemas com restrições de recursos

Do ponto de vista da saturação das restrições podemos distinguir dois tipos «puros». Um deles é o *sistema com restrições de procura*, no qual a restrição efectiva ao aumento da produção é a procura dos consumidores. As restrições de procura são mais apertadas do que as de recursos físicos. A quantidade disponível de recursos permitiria uma expansão da produção. Contudo, as empresas produtoras não se aproveitam dessa possibilidade por não encontrarem escoamento para o excedente de produção.

O capitalismo é, na sua forma clássica, um sistema com restrições de procura. É esta a economia tratada por Marx, em *Das Kapital*, quando escrevia sobre a contradição entre a tendência para a expansão ilimitada da produção e o potencial de compra limitado do mercado ⁽²⁾.

A atenção de Keynes centrava-se neste problema ⁽³⁾. Analisou as possibilidades de expandir a procura efectiva, entre outras, por meio do investimento público e de incentivos ao investimento privado, bem como dos seus efeitos indirectos sobre o emprego e o consumo.

Principalmente por causa de uma política governamental de intervenção activa, a que frequentemente se associa o nome de Keynes, o capitalismo moderno já não pode ser qualificado como um sistema «puro» de restrições na procura.

Um outro tipo «puro» é o sistema com restrições de recursos. Nele as restrições efectivas ao aumento da produção são as relativas aos recursos

⁽²⁾ Ver, por exemplo, cap. 15, secção II, do vol. III de *Das Kapital* [10].

⁽³⁾ Ver *The General Theory of Employment, Interest and Money*, de Keynes [6].

físicos disponíveis. Na sua forma «clássica», a economia socialista é uma economia com restrições de recursos (4).

Para evitar mal entendidos, devemos esclarecer que se qualificarmos uma economia como sistema com restrições de recursos isso não significa que todos os recursos da economia são utilizados a cem por cento em cada momento. Na produção há fenómenos de «complementaridade» que se exprimem de uma forma mais ou menos estrita no curto prazo. Dada a tecnologia, os recursos devem combinar-se em proporções fixas. Isto é, se um recurso apresentar momentaneamente um estrangulamento os outros podem ficar sem utilização, total ou parcial, durante o mesmo período. Na oficina, alguns trabalhadores ficam sem trabalho se não há matéria-prima para ser transformada, ou se falta uma parte do equipamento, ou se há um corte de energia. Ou o caso inverso: há matéria-prima que não é transformada porque o trabalhador encarregado disso não veio trabalhar. Há uma falta de recursos que está representada pelo estrangulamento e os recursos complementares ficam subutilizados. Considerando a produção como um todo, e um período longo, os fenómenos de carência e subutilização não são mutuamente exclusivos, mas antes necessariamente concomitantes.

Sobre a medida

A presença simultânea de carências e subutilizações leva-nos a uma importante conclusão: a classificação de uma economia como sistema com restrições de procura ou de recursos não pode basear-se apenas na verificação de subutilizações. É possível, embora não seja certo, que ao comparar duas economias, uma com restrições de procura e outra com restrições de recursos, seja a primeira a que apresenta uma média de utilização de recursos mais alta. O único critério de classificação é *o da restrição que está saturada ao nível dos acontecimentos elementares da produção*. Se na esmagadora maioria dos acontecimentos elementares eram as restrições de procura que estavam saturadas e não as de recursos trata-se de um sistema com restrições de procura. Porém, se na esmagadora maioria dos acontecimentos elementares se verifica a situação inversa, isto é, a produção depara continuamente com estrangulamentos nos recursos, o sistema deve ser classificado como tendo restrições de recursos.

(4) A ideia já surgira nas discussões sobre a economia soviética dos anos 20. Kritsman, no seu estudo de 1925, [8], estabelece a seguinte comparação: «... na economia capitalista mercantil ressalta um excedente generalizado e na economia proletária natural uma escassez generalizada.» Encontrei esta citação no livro de Szamuely [12].

Kalecki, no seu trabalho de 1970 [5], afirmou que a determinação dos parâmetros de utilização dos recursos pelo lado da procura, no capitalismo, e pelo da oferta, no socialismo, constituía a diferença fundamental entre eles. A conclusões semelhantes chegaram os economistas checoslovacos Goldmann e Kouba no seu livro [3].

Isto conduz-nos a problemas de «medição». A carência não pode ser descrita por um agregado macroeconómico e não pode ser calculada como a soma do poder de compra não utilizado (ou não utilizável), em cada momento, do conjunto das unidades económicas. Tanto mais que, à medida que as carências se tornam crónicas, as unidades económicas ajustam o seu comportamento a essa situação. Torna-se habitual substituir o produto ou serviço desejado, mas momentaneamente não disponível, por outro qualquer, isto é, há uma *substituição forçada*. A substituição forçada e o consumo forçado absorvem permanentemente o poder de compra que o seu detentor não consegue gastar de acordo com as suas intenções iniciais de compra. E por isso o *excesso de procura* agregada, medida em termos monetários, não é uma grandeza operacional ⁽⁵⁾.

A «carência» é o conjunto de milhões de acontecimentos elementares de faltas sentidas ao nível submicroeconómico. Vejamos alguns exemplos. (Para garantir uma melhor cobertura do fenómeno, mencionaremos, de par com as empresas produtoras, as instituições de fins não lucrativos e as famílias):

- Num dado lugar, falta um bem ou serviço e uma empresa, instituição de fins não lucrativos ou família, deseja comprar exactamente esse bem ou serviço, nesse mesmo lugar.
- Falta um *input* numa oficina ou nas instalações de uma instituição de fins não lucrativos e a empresa ou instituição, para prosseguir as suas actividades, precisava exactamente desse *input*.
- A empresa, instituição ou família é forçada a fazer uma adaptação improvisada por forma a atenuar as consequências da falta momentânea. Isto pode acontecer durante a aquisição ou durante a utilização. Por exemplo: o bem ou serviço de que se não pode dispor é substituído por outro de qualidade inferior ou mais caro.

Em situação de carência crónica ocorrem milhares ou centenas de milhares de *acontecimentos elementares de carência* semelhantes a estes. A intensidade da carência depende da frequência dos acontecimentos elementares e também da amplitude das consequências que mais frequentemente originam.

Como se trata de um fenómeno estocástico de massa podemos descrevê-lo estatisticamente. Embora individualmente o conhecimento elementar possa ser observado é evidentemente impossível observar e registar todos. Porém, para efeitos práticos, é possível substituir adequadamente uma me-

(5) Este é um ponto importante, embora não o único, em que o meu pensamento se desvia da análise da chamada «teoria do desequilíbrio» sobre os fenómenos de carência que ocorrem em economias socialistas. Ver, por exemplo, Barro-Grossman [1], Portes e Winter [11].

dição exaustiva pela observação de amostras representativas que revelem a distribuição dos principais tipos de acontecimentos característicos de carência. Decorre do que acima se disse que a intensidade de uma carência não se pode medir de forma sumária e terá antes que ser descrita por um conjunto de vários indicadores ⁽⁶⁾.

Voltando à produção, e seguindo o esquema do pensamento anterior, podemos usar com sentido idêntico as duas afirmações seguintes: «a produção depara-se, muitas vezes, com restrições de recursos, isto é, estrangulamentos físicos» e «a intensidade da carência de *inputs* para a produção é elevada».

Restrições orçamentais fortes e fracas

Depois da digressão feita a propósito da medição, voltemos às restrições da produção. A esse propósito introduziremos uma classificação que não é até agora habitual em microeconomia: a distinção entre restrições orçamentais fortes e fracas.

A restrição orçamental é «forte» se for aplicada com disciplina férrea: a empresa só pode gastar o dinheiro de que dispõe. Tem que cobrir as suas despesas com as receitas das vendas. É possível obter crédito mas o banco só lho pode conceder em condições «ortodoxas» ou «conservadoras», o que poderá significar apenas um adiamento sobre as receitas das vendas. A restrição orçamental é «fraca» se estes princípios não forem aplicados rigorosamente.

A classificação da restrição em fraca ou forte pode ser feita, individualmente, através da observação de dois fenómenos.

Primeiro. — *Sobrevivência*. — A restrição orçamental é forte se dificuldades financeiras graves podem levar a empresa à falência. Desaparece por causa das suas perdas, no sentido estrito do termo, sendo irrelevante que os problemas sejam derivados da sua negligência ou da coincidência infeliz de circunstâncias externas. A restrição orçamental é fraca se o Estado ajuda a empresa a resolver os seus problemas.

Há vários processos de o conseguir: subsídios; isenções de impostos ou outros encargos, sua remissão total ou parcial ou adiamento; subsídio sobre o preço fixado centralmente para um *input*; aumento do limite superior dos preços de venda centralmente fixados ou tolerância, disfarçada, de aumentos de preços; concessão de crédito em boas condições, adiantamento do seu reembolso, etc. O Estado é uma companhia de seguros universal que mais tarde ou mais cedo compensa as empresas prejudicadas

⁽⁶⁾ Pretendo apenas dar algumas pistas daquilo a que chamo «descrição estatística» da carência e de como a categoria «intensidade de carência» se pode tornar operacional. Devido à limitação de espaço não entrarei aqui em mais pormenores do problema da medição.

pelos prejuízos sofridos. O Estado paternalista garante automaticamente a sobrevivência das empresas.

O segundo fenómeno que nos permite tirar uma conclusão indirecta sobre o grau fraco ou forte da restrição orçamental é o *crescimento da empresa*. Ele é forte se o crescimento da empresa depende dos seus próprios recursos financeiros. Isto é, por um lado, depende de quanto poupou ou acumulou dos seus lucros anteriores, e, por outro, da sua capacidade de obter crédito para investimento em condições restritivas, «conservadoras», o que depende das previsões, quanto à sua situação financeira, e da rentabilidade do investimento. Se se vier a verificar que o investimento foi um insucesso financeiro, isto poderá conduzir à falência da empresa. A restrição orçamental é fraca se o crescimento da empresa diverge da sua situação financeira presente e futura. Não há investimento que conduza à falência; a empresa sobrevive a investimentos desastrosos.

A situação que eu designo por restrição orçamental forte pode não coincidir com o que, nas discussões sobre a reforma da gestão das empresas dos países socialistas, se chama «o incentivo do lucro nas empresas». O lucro como incentivo, isto é sua distribuição a trabalhadores e gestores, é compatível com restrições orçamentais fracas. Em tais casos, os gestores pedem às autoridades superiores auxílio financeiro precisamente para poderem dar aos trabalhadores (e talvez a eles próprios) a habitual parte nos lucros, mesmo quando há prejuízos.

O sentido da expressão restrição orçamental saturada é o que já foi explicado. Delimita a acção e a capacidade de escolha. *Só podemos gastar o dinheiro que temos. Se investirmos mal, desapareceremos por causa disso.*

Uma restrição orçamental fraca não está saturada. A situação financeira da empresa não lhe limita a acção. O dinheiro não desempenha senão um papel passivo. «Custe o que custar» — «O principal é adquirir material e capacidade porque o dinheiro aparecerá de alguma forma» — «Assim que tenhamos um fornecedor não pararemos o investimento só porque não temos dinheiro» — «Se houver uma perda o Estado cobri-la-á».

Os exemplos anteriores do pensamento comum no meio dos negócios sugere que o grau fraco ou forte de uma restrição orçamental reflecte uma «atitude», que não deve ser confundida com a categoria contabilística que é o equilíbrio financeiro duma empresa. Este é uma identidade *ex-post*, uma relação que se verifica em qualquer momento: a diferença entre o *stock* final de dinheiro e o *stock* inicial é idêntica à diferença entre receitas e despesas. Ao contrário a restrição orçamental, quando forte e saturada, é um fenómeno regular de comportamento *ex-ante*, que exerce a sua influência nas decisões da empresa.

É, precisamente, por ser uma restrição *ex-ante* que ela está relacionada com as expectativas do gestor da empresa. Estas não se baseiam nem num acontecimento único nem apenas na experiência do gestor rela-

tiva à sua empresa; são antes o resultado de um período longo de observação de várias experiências e da sua generalização. Se nenhuma empresa recebeu auxílio para escapar à falência financeira, ou se isso apenas raramente acontece, o gestor esperará, para a sua empresa, uma situação semelhante. Considerará a restrição financeira como forte e agirá em consequência. Se as compensações de prejuízos se tornam mais frequentes, se o crescimento das empresas se começa a afastar da sua situação financeira em maior número de casos, o gestor pode acreditar que aumentou a possibilidade de a sua empresa sobreviver ao desrespeito da restrição orçamental ou ao insucesso financeiro derivado de um mau investimento. A restrição orçamental já não é assim tão forte — está a tornar-se fraca. E, para além de um certo limite, pode esperar, com 100 % de certeza, a garantia de sobrevivência da sua empresa; pode suportar todos os prejuízos financeiros e investimentos mal sucedidos. Se a esmagadora maioria dos gestores de empresa tiver esta expectativa pode dizer-se que a restrição orçamental é fraca (7).

Na sua forma «clássica» as economias socialistas apresentam restrições orçamentais fracas. Parece que as reformas económicas — a participação nos lucros foi introduzida em vários países socialistas entre os quais a Hungria — não conduziram a uma alteração significativa da restrição orçamental e não a transformaram em restrição saturada.

Procura da empresa

Há uma relação causal muito estreita entre o grau fraco ou forte da restrição orçamental e os outros dois grupos de restrições que analisámos antes, isto é, a saturação das restrições de recursos e de procura.

Tomemos primeiro o caso de restrição orçamental «forte» (8).

A procura de *inputs* da empresa depende do preço e da sua situação financeira. As conclusões, bem conhecidas, da teoria da procura tradicional, são válidas se a restrição orçamental do comprador for forte (e só nesse caso).

A empresa compradora age «voluntariamente» quando restringe a aquisição e a acumulação excessiva de matérias-primas, a contratação de demasiados trabalhadores ou o lançamento de investimentos muito grandes. As expressões «demasiado» e «muito grande» devem ser interpretadas

(7) Pretendemos mostrar com esta breve descrição que: a) A formação de expectativas se baseia na observação das propriedades estocásticas dos acontecimentos regulares e na sua avaliação subjectiva; b) A distinção entre forte e fraca deve ser feita numa escala contínua porque não existem só estes dois casos extremos. É apenas para simplificar a exposição que emprego no meu estudo a dicotomia «fraco»-«forte».

(8) Nem neste caso nem no de restrição orçamental fraca faremos uma análise exaustiva. Por agora limitar-nos-emos às relações entre empresas, abstraindo da procura das famílias e das instituições de fins não lucrativos. Considerá-las-emos brevemente na segunda parte deste trabalho.

como colocando a empresa, enquanto vendedora do seu produto, na posição de atingir a restrição da procura e nesse caso as despesas efectuadas viriam a mostrar-se justificadas *a posteriori*; a empresa pode sofrer perdas que a levem à falência. Assim, a empresa deve ser cautelosa na formulação da procura porque a «aventura» envolve riscos e pode pôr em perigo a sua própria existência.

Tudo isto tem efeitos múltiplos nas relações inter-empresas.

Todas elas são vendedoras e compradoras ao mesmo tempo. A procura da empresa «compradora» está limitada por uma restrição orçamental forte. As vendas da empresa «vendedora», e conseqüentemente também a sua produção, estão limitadas pela restrição da procura dos compradores. Chegamos a um sistema com restrições de procura.

A procura agregada pode ser expandida utilizando a política económica keynesiana. Mas enquanto se mantiver forte a restrição orçamental a procura é *finita*. A aversão ao risco dos investidores persiste mesmo face à expansão keynesiana da procura. O sistema não se expande até aos limites traçados pelos estrangulamentos das restrições de recursos.

Vejamos agora o caso de restrições orçamentais fracas. Neste caso não há restrições voluntárias do lado da procura. A procura não é apenas demasiado grande, é, numa primeira aproximação, infinita.

A procura de *inputs* da empresa é inelástica em relação ao preço. Não depende do seu rendimento financeiro. Deste modo, a forma da função procura difere muito da habitualmente apresentada na microeconomia.

Se alguma coisa impede a empresa de manifestar uma procura «infinita», é principalmente os seguintes dois factores:

- Embora desejasse aprovisionar o mais possível de matérias-primas, produtos semi-acabados e componentes, a sua capacidade de armazenagem é limitada.
- A opinião pública e as autoridades condenam o *aprovisionamento excessivo* que inclui, além das mencionadas, a «reserva» de mão-de-obra. Dá melhor impressão e, portanto, é melhor tática, mostrar alguma contenção na formulação da procura.

Lembremos estes condicionantes ao estabelecer a seguinte proposição: *a procura de inputs das empresas é quase insaciável*. Vai mesmo até ao limite da oferta de *inputs*. Assim, na esfera das relações *input-output* entre empresas está-se perante um sistema com restrições de recursos.

Se a restrição orçamental é fraca ⁽⁹⁾, *a lei de Say não é válida e, conjuntamente, também não é válida a lei de Walras. Em última análise, os*

⁽⁹⁾ A análise detalhada do sistema capitalista não está no âmbito deste trabalho. Limite-me a chamar a atenção para o facto de as modernas economias capitalistas apresentarem sinais de um ligeiro (ou não tão ligeiro...) abrandamento da restrição orçamental.

axiomas fundamentais da microeconomia tradicional não são válidos. Aí reside o ponto fulcral para a compreensão dos fundamentos microeconómicos de uma economia de carência.

Vamos encerrar a análise microeconómica. O nosso raciocínio contém um grande número de simplificações, não havendo aqui espaço para uma descrição mais completa. Em todo o caso o instrumental microeconómico é suficiente para examinarmos algumas relações macroeconómicas.

Análise macroeconómica

Hipóteses simplificadoras

As hipóteses mais importantes do modelo simples que iremos admitir são:

- 1) Análise da forma «clássica» da economia socialista.
- 2) Análise de curto prazo.
- 3) A economia está em estado estacionário.
- 4) Inclusão apenas de bens armazenáveis e exclusão de serviços.
- 5) Divisão da economia em dois sectores: o das empresas e o das famílias. As instituições sem fins lucrativos não serão consideradas, embora em certos pontos lhes seja feita referência.
- 6) Ausência de comércio externo (conforme se referiu na introdução deste trabalho).
- 7) Divisão da produção em duas secções, conhecidas da teoria da reprodução:

Secção I — De bens de produção.

Secção II — De bens de consumo.

Admitiremos que os únicos compradores de bens de consumo são as famílias que os trocam por dinheiro. Assim não consideraremos o consumo fornecido em espécie à população. Os compradores dos bens de produção são as empresas, da Secção I e da Secção II.

Pode demonstrar-se que as observações que vão seguir-se são verdadeiras com hipóteses menos restritivas.

Apresento o modelo numa forma «figurativa» e não matemática, utilizando uma *analogia hidráulica*: o fluxo de produtos é representado pelo caudal de um líquido, por exemplo água, e a sua armazenagem pela armazenagem do líquido. Não é uma analogia nova. A *máquina de Phillips* foi apresentada na London School of Economics há várias décadas. Era um

modelo realmente analógico em que a interdependência das variáveis fluxo e *stock* da macroeconomia keynesiana era representada por fluxos de líquido ⁽¹⁰⁾. Utilizaremos diagramas para substituir não só o modelo analógico «tangível», mas também a descrição matemática do processo.

O depósito da Secção II

Começamos a descrição do sistema com a apresentação do *segundo depósito* em que se armazena o produto da Secção II (ver fig. 1). Devemos fazer a seguinte interpretação: todos os produtos das empresas da Secção II entram no depósito, logo que produzidos e portanto antes de serem transferidos para as famílias. É como se, de acordo com a nossa perspectiva macroeconómica, todos os *stocks* de produtos acabados das empresas produtoras de bens de consumo e das suas secções comerciais fossem acumuladas num grande armazém.

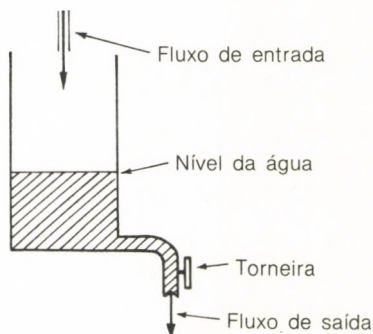


Fig. 1

Vamos admitir que o segundo depósito está perfeitamente isolado do depósito da Secção I.

De que depende o nível da água do depósito, isto é, qual é a dimensão do *stock* de bens de consumo acabados? Obviamente da proporção entre o fluxo de entrada e o de saída. Tomemos o caudal de entrada como fixo. Então o nível da água depende do caudal de saída permitido pela «torneira» fixada no depósito. Regula-se a torneira alterando o nível de preços do consumidor e o rendimento nominal das famílias. Como se trata de relações elementares de interdependência macroeconómica não se revela ne-

(10) O modelo foi construído como ajuda visual pelo mesmo A. W. Phillips cujo nome se tornou conhecido com a *curva de Phillips*. Enquanto a máquina Phillips mostra o fluxo de líquido sobre «pressão», o nosso trabalho incide nos fluxos que se geram em situação de sucção. Para explicação destes dois termos ver [7].

A ideia de mostrar as interdependências criadas numa economia de carência com a ajuda da analogia hidráulica foi inspirada por J. Weibull.

cessário discuti-las mais pormenorizadamente. O fluxo de saída torna-se maior se, para um dado nível de preços do consumidor, o rendimento nominal aumenta ou se, para um dado rendimento nominal, o nível de preços do consumidor diminui. Nestes casos o nível da água começa a baixar, e se o caudal de saída é maior do que o da entrada durante um período longo, o *stock* acaba por se esgotar. A partir desta altura só pode chegar às mãos do consumidor a quantidade de bens que acabou de ser produzida pelas empresas. Inversamente, o caudal de saída diminui se, para um dado nível de preços do consumidor, o rendimento nominal das famílias decresce ou se, para um dado rendimento nominal, o nível de preços no consumidor aumenta. O nível da água eleva-se no depósito, ou seja, o *stock* de bens de consumo cresce.

A torneira pode funcionar porque a restrição orçamental das famílias é forte. O consumidor apenas pode comprar as quantidades permitidas pelo dinheiro de que dispõe, após dedução da poupança pretendida. Detenhamo-nos um momento para abordar a questão da importância do nível da água do depósito.

Há uma relação de proporcionalidade inversa muito forte entre os *stocks* por um lado, e a intensidade das carências por outro (*ceteris paribus*: para uma dada organização do sistema e para determinadas propriedades adaptativas da produção e troca). (Esta relação está representada na fig. 2). Pode ser demonstrada teoricamente, com todo o rigor, e também é verificável empiricamente, mas, de momento, apenas recorreremos à intuição. Pensemos na nossa experiência diária de compradores. Se formos às compras e encontrarmos as prateleiras e os armazéns das lojas repletos de bens, teremos grande probabilidade de encontrar o que pretendemos logo na primeira tentativa, ou, quando muito, após uma breve busca. Porém, se as prateleiras e os armazéns estão bastante vazios é natural que nos digam, e não apenas numa loja, que o produto que procuramos é um *bem deficitário*. Trata-se de uma relação estocástica. Um *stock* muito grande também não assegura a satisfação perfeita e imediata de todas as intenções de compra mas reduz a probabilidade de ocorrência de fenómenos de carência.

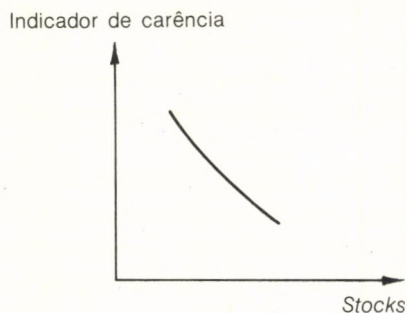


Fig. 2

Com as hipóteses enunciadas, o nível de preços no consumidor e o rendimento nominal (a «torneira») regulam o volume de *stocks* de bens de consumo (o «nível da água») e conseqüentemente, a intensidade das carências no mercado de bens de consumo.

O depósito da Secção I

O primeiro depósito está representado na fig. 3. De acordo com a nossa abordagem macroeconómica, podemos considerá-lo um imenso armazém transitório. Nele dão entrada todos os bens de produção fabricados pelas empresas da Secção I e daí são enviados às empresas das Secções I e II que os usam como *inputs*.

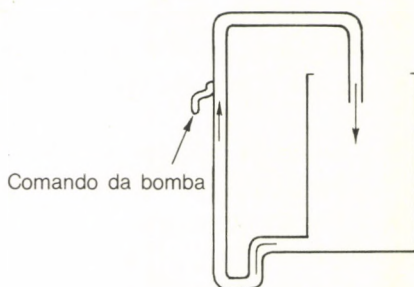


Fig. 3

Como já dissemos, de momento consideramos que este depósito está perfeitamente isolado do segundo depósito.

Ao comparar os dois verificamos que a diferença reside no facto de não haver torneira no primeiro. A restrição orçamental do sector das empresas é fraca. O líquido sai livremente do depósito: a procura dos compradores, as empresas das Secções I e II, não é limitada pela sua situação financeira. Mais ainda, não basta realçar a não existência de torneira. Na figura aparece uma «bomba» que aspira líquido do depósito. O depósito está vazio (não há *stocks* de bens da produção) e simultaneamente, há fenómenos de intensa carência ao nível da produção. O facto de o primeiro depósito estar vazio é, ao nível macroeconómico e na analogia hidráulica, correspondente à situação que descrevemos na primeira parte do trabalho, ao nível microeconómico como: «a produção atinge sistematicamente as restrições de recursos».

Antes de falarmos nas bombas, façamos um comentário. Recordemos uma lição importante da análise microeconómica: carências e subutilizações estão presentes simultaneamente. Considerando ainda a analogia hidráulica, poderíamos dizer que o fundo do depósito não é completamente liso. Se o examinarmos atentamente podemos ver que está cheio de depressões em que o líquido fica retido. Mais ainda, não é água o que

circula no depósito mas sim uma substância menos fluída que se agarra às paredes e ao fundo. Voltando à realidade económica, o sistema funciona com «atritos». A adaptação faz-se com atrasos e é acompanhada de decisões erradas. Assim, apesar dos *efeitos de sifão*, os *stocks* que não se vendem podem degradar-se, os recursos podem ficar por utilizar.

Porém, para simplificar, não levaremos em consideração aqui os efeitos do atrito e continuaremos a usar um enquadramento macroeconómico menos aperfeiçoado. Manteremos que as bombas aspiram em maior ou menor grau as reservas do sistema e que a carência é altamente intensa.

Forças que comandam a bomba

Vão indicar-se duas das forças motrizes que manobram os comandos da bomba. O *motor quantitativo* ao nível da produção por ser induzido por planos centrais rígidos. As empresas recebem instruções para cumprir metas de produção elevadas. É bem conhecido o facto de que na sua forma «clássica» o mecanismo de directivas do plano incentivava, principalmente os gestores de empresas, a aumentar o volume da produção. O fenómeno não está necessariamente ligado a uma ordem, um dos tipos possíveis de comunicação do centro para a empresa. Para se obter um efeito semelhante não é necessário que o organismo superior emita qualquer instrução, basta que se limite a indicar, com ênfase, as suas expectativas. Com um ou outro tipo de comunicação entre centro e empresa, a rigidez do plano significa que, de qualquer modo, exige-se maior produção do que a que se pode obter a partir dos recursos, para uma dada organização e capacidade de resposta. Nestas circunstâncias o fenómeno de *saturação das restrições dos recursos*, que referimos na primeira parte do estudo, ocorre necessariamente.

Porém, não será correcto atribuir o motor quantitativo apenas à rigidez dos planos centrais. Também pode ocorrer nos casos em que o plano central é mais razoável e moderado. Existe também um *mecanismo de carências autónomo e descentralizado*. Ele vem, desde logo, juntar-se às carências geradas pelo plano central e pode tornar-se predominante mesmo que a política económica central não induza carências (ou o faça apenas em grau limitado).

A este respeito, recorde-se a análise microeconómica da primeira parte. As empresas, enquanto «compradoras», apresentam uma procura quase insaciável porque têm restrições orçamentais fracas. Seja qual for a oferta de recursos e *inputs*, as empresas consideram-nos sempre insuficientes. A impaciência leva-as a fazer pressão sobre os produtores ou a pedir a intervenção dos organismos superiores.

Pensemos agora na sua outra função: as empresas como vendedoras. Efectiva ou simbolicamente os clientes dispõem-se em fila de espera e, impacientes, pressionam as empresas. Mesmo que não sejam instruídas para o

fazer, as empresas começam, por sua iniciativa, a apressar e a forçar o aumento da produção de modo a poderem satisfazer rapidamente os clientes impacientes. Mas para isso precisam de mais *inputs* e entra-se no *círculo vicioso da carência, auto sustentado*.

Mais ainda, a carência crónica e a saturação permanente da restrição dos recursos (estrangulamentos físicos), criam incerteza quanto à oferta de *inputs*. Isto gera uma tendência para o *aprovisionamento excessivo*. Ao mesmo tempo que se generaliza a diminuição dos *stocks* de produtos, os produtores procuram amontoar *stocks* de *inputs*. O *aprovisionamento excessivo* vem ainda ampliar mais a auto-sustentação da carência.

Podemos então concluir que *a carência gera a carência*.

Outra importante força motriz de aspiração é o *motor de expansão*. Esta aparece (de modo semelhante ao das decisões de curto prazo) como consequência de planos de investimento centrais rígidos. Se a política económica pretende expandir a produção a uma taxa forçada, imporá objectivos de investimento cujas necessidades de *inputs* excedem as disponibilidades de bens de investimento. As decisões de investimento saturam mais uma vez as restrições físicas do investimento.

Tal como anteriormente fizemos em relação à produção corrente podemos afirmar que o motor de expansão não é necessariamente imposto por ordem do centro às autoridades intermédias da gestão económica e às empresas. Trata-se de uma força *interna* que acciona o motor de expansão. *Todas as empresas, sem excepção, desejam crescer* e os seus «representantes», as organizações sectoriais, também desejam que o sector a seu cargo cresça. *A ânsia de investir é geral e sempre crescente, mesmo que, em alguns casos e por algum tempo, seja refreada* (11).

Há alguns motivos para o surgimento de um motor de expansão interno, e com ele, a ânsia de investimento. O mais importante é a «identificação» com a empresa ou, no caso de uma organização superior, com o sector sob o seu controlo. Todos os dirigentes estão perfeitamente convencidos de que a sua actividade é socialmente importante. Apercebem-se de que há carência do seu produto e por isso consideram a expansão justificada e urgente. Vemos mais uma vez o mecanismo auto-sustentado da carência, agora na esfera das decisões de longo prazo. A percepção da carência intensifica o motor de expansão e a ânsia de investimento intensifica a carência.

Porém, não basta reconhecer a causa efectiva que estimula a expansão e o investimento. Pode ser ainda mais importante compreender que, no caso de restrição orçamental fraca, *nada impede a empresa de investir*. O

(11) Para descrever os mecanismos de regulação do investimento servi-me do trabalho de investigação de T. Bauer [2].

risco de investimento cessou, a falência financeira é impossível. Não há nenhuma empresa que rejeite voluntariamente as possibilidades de investimento que lhe são oferecidas. Esta é a diferença mais importante entre as duas situações sociais que se nos deparam, e que Keynes tratou no seu tempo. O seu problema era como encorajar os investidores cautelosos, medrosos da falência, e como seria possível completar, pelo menos em parte, com investimentos públicos a insuficiência dos privados. Porém, defrontamo-nos com empresas cujo *apetite de investir* é ilimitado.

Surge então uma forma particular de *ilusão monetária do investimento*. É como se as quotas de investimento financeiro, ou seja, dinheiro, fossem distribuídas pelas autoridades centrais — pelo departamento de planeamento, pelas autoridades monetárias, e pelos bancos. De facto, o que elas distribuem são *autorizações para iniciar* as acções reais de investimento. E uma vez começada, a acção não pode parar, mesmo que custe muito mais dinheiro do que o que estava planeado. A oferta de moeda ajusta-se passivamente à procura de moeda gerada pelos *inputs* físicos das acções de investimento. A restrição orçamental relativa ao investimento é não só fraca mas também não saturada.

Em conclusão, podemos afirmar que *o motor quantitativo cria uma procura quase insaciável de inputs para a produção corrente e o motor de expansão cria uma procura quase insaciável de bens de investimento*.

Fazendo um pequeno parêntesis diremos que o papel das *instituições de fins não lucrativos* é semelhante ao das empresas. Elas também conhecem os sintomas dos motores *quantitativo e de expansão* (12). Por isso também, elas «aspiram».

Já aflorámos a seguinte questão: quem é que de facto maneja as bombas? Se, como já frisamos, a causa do ritmo forçado dos motores de expansão e quantitativo reside na política económica central, esse facto contribui substancialmente para o reforço do efeito de aspiração. No entanto, se a política económica central fosse menos apertada, continuaria a haver centenas de autoridades administrativas de nível médio e milhares de empresas e de instituições sem fins lucrativos que tomariam a bomba nas suas mãos; é difícil incutir-lhes o auto-controlo; se alguém aspirar menos outros aspirarão mais. Apesar de haver vários gestores de empresa, instituições sem fins lucrativos, ou órgãos superiores descontentes com as consequências da carência, eles compreendem que não podem parar — têm que continuar a aspirar.

(12) É daqui que provém a parte do consumo que a população recebe gratuitamente, ou quase, a um preço simbólico (por exemplo: serviços de saúde, educação, etc.). Estes serviços chegam à população através das instituições de fins não lucrativos. Em relação a uma grande parte delas a procura é quase insaciável, surgindo fenómenos intensos de carência. É compreensível a participação destas instituições na «aspiração».

Fugas e filtragem

O próximo passo da nossa análise é abandonar a hipótese de isolamento perfeito dos dois depósitos. Observemos a fig.4 que mostra os dois depósitos lado a lado. Na parede comum, há «fugas» por onde o líquido se escoa. Passemos da analogia à economia real: não há dois mercados completamente isolados um do outro, de tal forma que num só comprem as famílias e ao outro apenas tenham acesso as empresas. Estes dois tipos de compradores entram em concorrência pela mesma oferta⁽¹³⁾.

A água pode escoar-se através das fugas em qualquer direcção, o mesmo podendo acontecer na economia. (Proprietários de carros particulares compram peças antes que as empresas, que também possuem automóveis, as apanhem, ou inversamente). Na prática, a circulação é assimétrica, apesar de existir a possibilidade de simetria. É o sector das empresas que produz o «efeito de sifão» em seu próprio proveito.

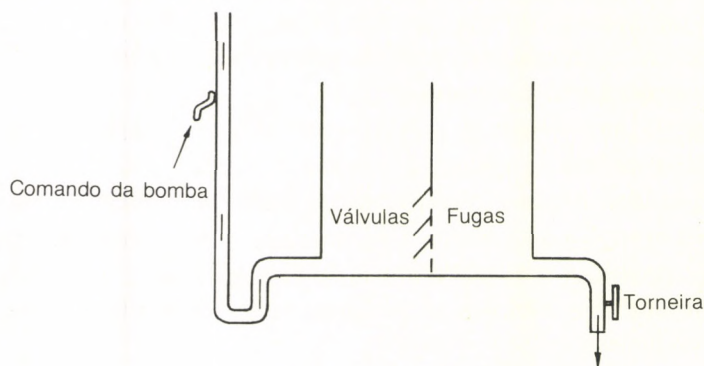


Fig. 4

Não nos esqueçamos que existe uma torneira do lado direito, ou seja, à saída do segundo depósito, o que não acontece do lado esquerdo. Suponhamos que, para um dado caudal de entrada no depósito II a abertura da torneira é apertada (por exemplo, sobe o nível de preços no consumidor). O nível da água sobe durante algum tempo. Mas, *ceteris paribus*, isto é apenas transitório, pois actua o princípio dos vasos comunicantes.

Se um dos vasos está cheio e o outro vazio, há passagem de líquidos entre eles e a água tenderá para um nível comum. No caso em análise o nível do segundo depósito desce até igualar o do primeiro.

⁽¹³⁾ De acordo com a figura, a concorrência incide nos bens que os produtores já canalizaram para o «depósito». Evidentemente que a «concorrência» começa nas primeiras fases do processo integrado de produção — cada sector pode aspirar factores de produção. Porém, isto não se pode discutir no âmbito da analogia que serve de enquadramento à análise macroeconómica aqui exposta.

Na «filtragem», o comércio internacional, cuja análise tem sido omitida neste trabalho, desempenha papel importante.

A interpretação económica da analogia é a seguinte: *Há uma concorrência desigual entre dois tipos de compradores. As famílias têm uma restrição orçamental forte e por isso são sensíveis aos custos. A empresa tem uma restrição orçamental fraca e é pouco ou nada sensível aos custos. Assim, a concorrência das empresas compradoras supera a das famílias e pode desviar uma parte da oferta que a elas se destinava.*

Vejam os exemplos. As tarifas dos táxis sobem. As famílias reagem de acordo com os manuais de microeconomia; reduzem a procura. Para a empresa, porém, as tarifas são uma despesa pequena. Se se servem de táxis, continuarão a fazê-lo com as novas tarifas mais elevadas. Além disso, podem até aumentar a utilização deste serviço visto que o mesmo está mais disponível e mais rápido. Vejamos um exemplo mais importante. Suponhamos que as rendas dos apartamentos privados sobem de repente. Esta situação levará um considerável número de famílias a mudar-se para apartamentos mais baratos e mais pequenos. Se a subida for suficientemente forte haverá mesmo apartamentos que acabarão por ficar vazios. Mas essas disponibilidades serão imediatamente absorvidas pelas empresas que as pretendem para escritórios. As rendas excessivas que pesariam demasiado no orçamento familiar, podem ser facilmente pagas pelas empresas.

Há, contudo, várias razões que impedem a passagem da totalidade dos stocks do segundo depósito para o primeiro de acordo com o princípio dos vasos comunicantes. Indicaremos apenas duas. Uma é o «atrito» a que já nos referimos. Os agentes compradores das empresas não se apoderam dos bens suficientemente depressa, talvez não necessitem dos produtos que concretamente são oferecidos. A outra razão é a criação de processos de intervenção administrativa que proíbem as empresas de adquirir os bens e serviços destinados às famílias (por exemplo, é proibido utilizar as casas de habitação para escritórios). As «válvulas» que fecham ou estreitam algumas das fugas da fig. 4 simbolizam estas intervenções. Claro que é difícil impôr, de forma consequente, estas restrições administrativas e é particularmente difícil estendê-las por forma a cobrir todos os bens e serviços capazes de serem filtrados.

A conclusão é a seguinte: *a intensidade da carência no mercado consumidor não depende apenas dos reguladores normais (oferta de bens de consumo, preços no consumidor, rendimento nominal). Depende também da força do «efeito de sifão» produzido pelo sector das empresas e instituições sem fins lucrativos.*

O esvaziar dos depósitos, ou seja, a intensificação da carência, assume maior força se, *ceteris paribus*, se abrir completamente a torneira do segundo depósito (por exemplo, a subida do rendimento nominal, a preços fixos, acelera-se e o crescimento da oferta de bens e serviços de consumo não consegue acompanhá-la). Mas os depósitos podem esvaziar-se ou descer a níveis muito baixos, noutras circunstâncias, havendo ainda restrições

à procura das famílias causadas pelo *efeito de sifão* da procura quase insaciável das empresas, que não estão limitadas por restrições orçamentais.

Acaba aqui a discussão da analogia hidráulica. Vimos sob uma forma figurativa o sistema de fluxos com depósitos, torneiras, bombas, fugas e válvulas, a que no meu livro *Anti-Equilibrium* chamei *sucção* (14).

Implicações na política económica

Podemos tirar algumas conclusões práticas no domínio da política económica, apesar do carácter abstracto da nossa análise. Vejamos apenas dois exemplos: as questões da inflação e do emprego.

Inflação

Na Hungria, durante os debates económicos, surgiu a ideia de que a inflação é um antídoto eficaz contra a carência: a preços fixos, as carências são intensas; a preços crescentes a sua intensidade diminuiria. Neste sentido, há substituição entre carência e inflação. Quanto mais intensa uma, mais fraca a outra. Pressupunha-se a existência de uma espécie de «curva de Phillips socialista».

Na minha opinião este ponto de vista é errado. Chega-se a essa conclusão por raciocínios que partem de bases falsas, por não tomarem em consideração as condições institucionais existentes.

A substituição *carência-inflação* pode de facto prevalecer numa economia «perfeitamente monetarizada» onde as restrições orçamentais de famílias e empresas sejam fortes. Numa tal economia se o processo inflacionário começar pelos salários, mantendo-se artificialmente limitada a subida dos preços, *inflação reprimida*, a expansão do excesso de procura conduz obviamente a uma carência ainda mais intensa (15). A liberalização da inflação «reprimida», isto é, a possibilidade da subida dos preços, pode nestas condições fazer desaparecer o aumento do excesso de procura. As restrições de procura tornam-se de novo saturadas e as carências podem ser mais ou menos eliminadas.

(14) Ver capítulos 17-22 de [7]. Descrevi aqui o mesmo «fenómeno» do livro mas as relações de «causalidade» diferem em vários pontos importantes. O que considerei no *Anti-Equilibrium* como principais factores explicativos da *sucção* tem também o seu papel aqui, se bem que secundário. A «ponderação» das causas foi reordenada. Considero agora que a «principal» causa da *sucção* é o enquadramento institucional, isto é, o facto das restrições orçamentais serem fracas.

(15) Sobre a teoria da *inflação reprimida* ver B. Hansen [4], Barro-Grossman [1] e Malinvaud [9].

No entanto isto não é válido para uma economia apenas «semi-monetarizada». Nas condições institucionais discutidas na primeira parte deste estudo o sector para o qual se mantém forte a restrição orçamental está monetarizado enquanto o sector que apresenta restrição orçamental fraca está apenas semi-monetarizado. O sector que funciona com restrição orçamental fraca não reage aos preços, diminuindo a procura. A empresa pode repercutir, mais tarde ou mais cedo, no comprador ou no orçamento do Estado, qualquer subida do preço dos *inputs*. Por isso, mesmo durante o processo inflacionário, a procura continua quase insaciável. Mais ainda, este sector está apto a pôr em funcionamento o *efeito de sifão* em detrimento do sector que ainda está mantido sob forte restrição orçamental. Este, de facto, reage à subida dos preços reduzindo a procura.

Em consequência da cadeia de causa e efeito, que acabámos de resumir, não há substituição possível entre inflação e carência. A carência reproduz-se enquanto subsistirem as condições institucionais que a tornam crónica, quer o nível de preços seja estável, aumente ou diminua.

Emprego

Numa economia com restrições de recursos, o pleno emprego torna-se permanente uma vez passado o período histórico de absorção do trabalho. Trata-se de um dos mais importantes resultados da economia socialista. Simultaneamente surgem carências crónicas de trabalho, uma das manifestações de carência de recursos.

Não é como consequência de políticas específicas destinadas a aumentar o emprego que se consegue o pleno emprego, nem sequer por um planeamento que encare combinações *input-output* intensivas em trabalho. Devemos procurar a explicação do fenómeno nas condições institucionais. A procura de *inputs* torna-se quase insaciável como consequência de uma restrição orçamental fraca. A procura de *inputs*, incluindo o trabalho, tem necessariamente que crescer enquanto não esbarrar com a restrição da oferta.

Este e outros efeitos de uma restrição orçamental fraca aparecem segundo uma combinação fixa: o pleno emprego permanente é concomitante com uma carência permanente de trabalho e outros fenómenos de carência. A inversa também é verdadeira: uma restrição orçamental autenticamente forte reproduz geralmente o desemprego assim como as outras consequências, positivas e negativas, de uma restrição daquele género.

Põe-se a grande questão: é possível estabelecer uma situação intermédia, ou seja, uma «combinação convexa» de dois enquadramentos institucionais diferentes e, simultaneamente, uma situação em que não apareça nem carência de trabalho nem desemprego? Ou será que o sistema económico é desviado, para um ou outro ponto extremo, por forças sociais poderosas? O autor tem que confessar que ignora a resposta para esta pergunta.

Para terminar convém fazer mais uma observação. O meu estudo não oferece propostas concretas. Não tentei construir uma teoria normativa da determinação do método para ultrapassar a carência. Limitei-me estritamente a dar uma contribuição para uma teoria descritivo-explicativa. O conjunto de fenómenos em causa é extremamente complexo. Foram já feitas algumas, poucas, sugestões mas verificou-se em todos os casos que apenas forneciam tratamento para os sintomas não conseguindo eliminar as causas profundas que reproduzem a carência crónica. É minha convicção que o esforço dispendido na análise aprofundada da situação e na melhor clarificação das relações de causa-efeito produzirá uma solução prática para o problema.

REFERÊNCIAS

1. BARRO, R. J.; GROSSMAN, H. I. — «Suppressed Inflation and the Supply Multiplier», *Review of Economic Studies*, 41, pp. 87-104, 1974.
2. BAUER, T. — «A beruházási volumen a közvetlen tervgazdálkodásban», *Investment volume in direct planned economy*, manuscrito, Budapeste, MTA Közgazdaságtudományi Intézet, Institute of Economics of the Hungarian Academy of Sciences, 1977.
3. GOLDMAN, J.; KOUBA, K. — *Economic Growth in Czechoslovakia*, Prague, Academia, 1969.
4. HANSEN, B. — *A Study in the Theory of Inflation*, London, Allen & Unwin, 1951.
5. KALECKI, M. — «Theories of Growth in Different Social Systems», *Scientia*, 40, pp. 1-6, 1970.
6. KEYNES, J. M. — *The General Theory of Employment, Interest and Money*, London, Macmillan, 1961.
7. KORNAI, J. — *Anti-Equilibrium*, Amsterdam, North-Holland, 1971.
8. KRITSMAN, L. — *Die Heroische Periode der Grossen Russischen Revolution*, Wien, Verlag für Literatur und Politik, 1929.
9. MALINVAUD, E. — *The Theory of Unemployment Reconsidered*, Oxford, Blackwell, 1977.
10. MARX, K. — *Das Kapital*, Berlin, Dietz, 1947.
11. PORTES, R.; WINTER, D. — *Disequilibrium Estimates for Consumption Goods in Centrally Planned Economies*, policopiado, Cambridge, Mass., Harvard Institute of Economic Research, 1978.
12. SZAMUELY, L. — *First models of the Socialist Economic Systems*, Budapest, Akadémiai Kiadó, 1974.

COMENTÁRIOS

I

Antecedentes na obra do autor

O presente artigo de Janos Kornai insere-se num tema a que se vem dedicando desde há já alguns anos: o funcionamento dos sistemas económicos. A preocupação com a análise descritiva e interpretativa do compor-